

Gestão ambiental

Programa Carbono Cooperativo

Fabiana Arantes Campos Gadêlha*

O COOPERATIVISMO nasceu na Inglaterra, no auge da Revolução Industrial, a partir de um modelo socioeconômico no qual os trabalhadores pudessem alcançar a prosperidade econômica e social com independência e democracia.

No Brasil, o movimento é mais jovem, tendo iniciado há cerca de 100 anos. Hoje, o setor é formado por 7.261 cooperativas, representa 5,39% do PIB nacional, movimenta R\$ 88,5 bilhões e uma receita de R\$ 3,63 bilhões em vendas ao exterior. Na prática, atua em 13 ramos diversificados, produz qualidade, inovações tecnológicas, gera prosperidade, empregos e impostos.

Obedecendo ao sétimo princípio do cooperativismo – Interesse pela comunidade –, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), entidade de fomento e representatividade do sistema, busca colaborar para um melhor resultado entre as variáveis: desenvolvimento social, econômico, ambiental, sustentabilidade.

Raciocinando soluções em prol desse ideal, em 2008, a OCB criou o Programa Carbono Cooperativo, a partir do Protocolo de Kyoto.

Programa Carbono Cooperativo

Espera-se que as informações e experiências geradas possam contribuir para que as cooperativas intensifiquem suas atividades na área de gestão ambiental, entendendo esse conceito como a condução harmoniosa dos processos dinâmicos e interativos que ocorrem entre os diversos componentes do ambiente natural e social, determinados pelo padrão de desenvolvimento almejado pela sociedade.¹

Pode-se entender o mercado de carbono como um incentivo à aplicação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), por meio da comercialização mundial de créditos de carbono com empresas dos países do anexo I que precisam minimizar ou neutralizar a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE).

PAÍSES ANEXO 1 E ANEXO 2

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima distribui entre os países membros diferentes graus de responsabilidade pela emissão dos gases causadores do chamado efeito estufa. Para a divisão de responsabilidades, os países foram distribuídos em três grupos:

- **Anexo I:** países industrializados que concordam em reduzir suas emissões;
- **Anexo II:** países desenvolvidos que pagam os custos para países em desenvolvimento;
- **Não Anexo I:** países em desenvolvimento, sem metas de emissão, mas com obrigações como a implantação de programas nacionais de mitigação.

Segundo o Presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, a ideia é trabalhar para que cada cooperativa desenvolva seu próprio projeto de responsabilidade socioambiental, respeitando suas peculiaridades e culturas, aliando crescimento econômico e preservação das fontes renováveis.

Ao longo do processo de estruturação do programa, a OCB realizou a contrata-

ção de consultorias de renome nacional, firmou aliança estratégica com a Embaixada do Reino Unido, para idealizarem duas metodologias exclusivas para as cooperativas, que são:

1º. Programa Mercado de Carbono

Lançado em 16 de julho de 2008, o Programa Inserção Sustentável das Cooperativas no Mercado de Carbono foi desenvolvido com base nos três pilares da sustentabilidade:

Ambiental - Propiciar às cooperativas a redução das emissões de GEE e de resíduos da produção agropecuária e agroindustrial, contribuindo para a mitigação de seus passivos ambientais e, consequentemente, das mudanças climáticas do planeta, de modo a garantir a sustentabilidade dos recursos renováveis para as futuras gerações;

Social - Promover o desenvolvimento da sociedade cooperativa e da comunidade onde estão inseridas tais organizações, permitindo a inclusão do pequeno produtor no mercado; e

Econômico - Prospectar novas oportunidades de mercado com créditos de carbono para as cooperativas, renda adicional aos associados e desenvolvimento de diferenciais competitivos.

A partir de uma consultoria especializada e da parceria com a OCB, é realizado o diagnóstico ambiental e proposto um modelo de gestão particularizado à cultura, aos processos de produção e à sustentabilidade do programa na entidade, atendo-se a metodologias e rigores internacionais.

Para alcançar eficácia no programa, foram estabelecidas quatro linhas de ação:

- **capacitação:** capacitar técnicos das organizações estaduais da OCB na prospecção de oportunidades de negócio do mercado de carbono para as cooperativas;
- **workshops:** realizar trabalhos em oficinas regionais para o desenvolvimento inicial de projetos de MDL

por cooperativas e disseminar informações estratégicas;

- projeto piloto: desenvolver um modelo de projeto de MDL em uma cooperativa para ser replicado no sistema cooperativista;
- aliança estratégica: reunir parcerias em Aliança Estratégica (AE) para facilitar a execução de processos e o acesso a recursos materiais, humanos, tecnológicos e financeiros necessários para a implementação do projeto piloto. Essa aliança possui, ainda, a atribuição de desenvolver políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento de projetos de MDL em cooperativas de pequenos produtores. As entidades que integram a AE são o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Banco do Brasil (BB) e Food and Agriculture Organization (FAO).

Resultados e produtos esperados:

- identificar os passivos ambientais das cooperativas;
- desenvolver o projeto piloto para ter como linha de base de redução de GEE, um modelo a ser replicado;
- disseminar no sistema cooperativista as informações estratégicas do mercado de carbono;
- propor a política de responsabilidade social do cooperativismo reforçado;
- promover a geração de diferenciais competitivos aos produtos e serviços das cooperativas, resultantes do investimento em MDL;
- contribuir para ampliar a participação do Brasil no mercado de carbono e para a mitigação da mudança do clima global.

Trata-se de um investimento com consideráveis benefícios, pois a mudança de atitude reverte-se em minimização de custos, *marketing* socioambiental e maior transparência perante o mercado consumidor que tem se mostrado mais exigente e seletivo.

2º. Programa MDL Florestal

Destinado a beneficiar as cooperativas agropecuárias, apoiando o compromisso do governo federal com o Protocolo de Kyoto, por meio da criação de metodologias e capacitações para a implementação dos projetos na mata atlântica.

Objetiva-se promover capacitações aos associados e técnicos das cooperativas, desenvolver o estudo de diagnóstico e metodologia específica para as cooperativas, criando estratégias e modelos de gestão para implementar, administrar e monitorar o reflorestamento.

Para tanto, trabalha nas seguintes atividades:

- desenvolve metodologia por meio da avaliação de potencial econômico, elaboração de estratégias e modelos de gestão para a implementação de projetos de reflorestamento e administração sustentável de florestas nativas;
- fornece capacitação a produtores rurais;
- cria um centro de intercâmbio de informações sobre mercado de carbono para cooperativas rurais, organizado pela OCB para disseminar ainda mais informação em MDL florestal;
- promove campanha de disseminação da metodologia no sistema cooperativista.

Resultados e produtos esperados:

- desenvolver a metodologia para a implantação do projeto de MDL florestal e multiplicá-la nas organizações estaduais da OCB e ter pelo menos dez cooperativas capacitadas;
- divulgar para a sociedade os projetos socioambientais nas cooperativas;
- viabilizar o reflorestamento de áreas degradadas na mata atlântica e conscientização da sociedade em relação à importância da vegetação nativa;
- remover 5.190 toneladas de CO₂ equivalente da atmosfera em 30 anos, eliminando os passivos de mata ciliar em 18 propriedades rurais.

Atualmente, há duas cooperativas agropecuárias (Copacol e C.Vale) participando do desenvolvimento de projetos pilotos de MDL florestal, em parceria com a Embaixada Britânica, visando restaurar 15 hectares de mata atlântica.

A Cooperativa Agroindustrial Copagrill, sediada Marechal Cândido Rondon (PR), foi a primeira entidade selecionada a participar do programa ambiental desenvolvido pela OCB. O objetivo principal foi desenvolver o diagnóstico, a metodologia e o Project Design Document (PDD) no modelo programático, para futura inserção de outras cooperativas. Hoje, o PDD foi entregue à Copagrill e está em fase de análise.

A adesão das cooperativas aos programas propostos é lenta, mas gradual, pois passa necessariamente por um processo de conscientização, de educação e de convencimento de que produção eficiente deve estar vinculada a um método que não cause danos ao meio ambiente, ou, ao menos, que compense seus efeitos.

Além do Programa Carbono Cooperativo, a OCB promove a disseminação de princípios de educação e preservação ambiental por meio do Prêmio Cooperativa do Ano, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e a revista *Globo Rural*, da Editora Globo, com a categoria Desenvolvimento Sustentável.

A proposta da OCB, como entidade promotora do cooperativismo, é incentivar a criação de departamentos de regulação ambiental no âmbito administrativo das cooperativas para formatação de projetos próprios, garantindo o desenvolvimento sustentável de todo o sistema. Com isso, contribui para o equilíbrio entre a qualidade de vida dos associados e da sociedade, obedecendo aos tratados legais nacionais e internacionais, e propõe a moderação entre produtividade e o respeito ao planeta. ■

1 Agra Filho e Viegas, O. Plano de Gestão e programa de monitoramento costeiro, Brasília (DF): Ministério do Meio Ambiente, 1995

* Advogada e gestora ambiental, OCB